

1 **CONSELHO DE GESTÃO DE PESSOAS**

2 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA (Processo SEI 23112.023127/2021-78)**

3 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, o
4 Conselho de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de São Carlos,
5 previamente convocado por meio do **Ofício nº 07/2021/CoGePe/ProGPe**, de
6 29/11/2021, reuniu-se virtualmente em primeira reunião ordinária, por meio da
7 plataforma Google Meet, no link <https://meet.google.com/jsd-izmm-kjh>. Após a
8 instalação do quórum necessário para a reunião, a presidente, Sra. Jeanne Michel,
9 congratulou-se com todos os membros que se encontravam conectados, iniciando
10 a presente reunião, tratando dos pontos que seguem. **1. EXPEDIENTE. 1.1.**
11 **Comunicações da Presidência. 1.1.1. Recebimento de solicitação do DFil.** A
12 presidência informou que foi recebida uma solicitação de pauta vinda do DFil para
13 que seja retornada a prova didática em processos seletivos de professores
14 substitutos. Por ser uma questão operacional, foi decidido que não seria matéria de
15 pauta, pois existe resolução do ConsUni sobre o tema de atividades presenciais na
16 Universidade. Dessa forma, solicitou à diretoria do CECH, Profa Ana Cristina que
17 comunique o DFil que a etapa adicional de prova didática será retomada, mas ainda
18 sem um modelo de como será sua aplicação. **1.1.2. Comissão de Revisão da**
19 **Resolução ConsUni nº 819/2015.** A presidência comunicou que se reuniu com os
20 coordenadores da Comissão, prof. Clóvis e profa. Marta, informando que já houve
21 avanços significativos nos trabalhos, estando em etapa de finalização, que consiste
22 em reuniões com os Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e
23 Extensão. Profa. Jeanne Michel informa, ainda, que existe um alinhamento entre os
24 trabalhos das Comissões de avaliação de desempenho docente com as
25 subcomissões do modelo de Esforço Docente coletivo dentro de cada
26 departamento. **1.1.3. Comissão de Esforço Docente (CMEDoc).** A presidência
27 comentou que as subcomissões responsáveis por levantar indicadores relacionados
28 a Estágios na Graduação, bem como a Ações Extensionistas, já apresentaram
29 resultados preliminares, enquanto a subcomissão envolvendo o Esforço Docente
30 referente a Pesquisa e Pós-Graduação está se debruçando em selecionar e definir
31 os indicadores e apresentar proposta de pesos a serem ponderados no modelo,
32 para distribuição de vagas. **1.1.4. Questionário de Avaliação de resultados do**
33 **trabalho remoto.** Profa. Jeanne Michel explicou sobre o questionário de avaliação
34 encaminhado para preenchimento das chefias das unidades da UFSCar, a respeito
35 das atividades realizadas durante o trabalho remoto, o qual consiste em uma visão
36 macro do desempenho da unidade. Com isso, quando o trabalho for parcialmente
37 satisfatório ou insatisfatório, deve-se elencar os motivos de tal avaliação.
38 Exemplificou com o caso da Gráfica UFSCar, que atingiu um nível insatisfatório
39 de produção, pois o trabalho não pôde ser executado remotamente, pois o trabalho

40 é totalmente manual e presencial.” Reiterou também que qualquer dúvida sobre o
41 questionário poderá ser enviada via Central de Serviços. Profa. Jeanne Michel
42 solicitou, ainda, que os Diretores de Centros estimulem os departamentos e
43 coordenações de curso a responderem o questionário, para que assim tenha-se
44 indicadores mais abrangentes possíveis, para eventual apresentação aos órgãos
45 de controle. **1.1.5. Registro de status de regime de trabalho no Sistema Saguí.**
46 Outro informe apresentado pela presidência foi o registro de status mensal do
47 regime de trabalho de cada servidor, pela chefia imediata, no sistema SAGUI. Há
48 também, proposta de que em 2022, o resumo de frequência mensal, feito
49 atualmente no sistema SEI, passe a ser realizado na mesma ferramenta do sistema
50 SAGUI. A intenção é a padronização e a facilitação do registro de frequência e
51 lançamentos no sistema SIAPE. A auditoria também será facilitada com esse novo
52 processo. **1.1.6. Serviço de Perícia Médica.** Profa. Jeanne Michel informou que,
53 no momento, o Serviço de Perícias Médicas da Universidade está com a Médica
54 Perita em afastamento total para cuidados de sua própria saúde, comprometendo o
55 atendimento às demandas. Comentou também que, no que se refere a exames
56 admissionais, considerando que não há um médico do trabalho no quadro, a
57 ProGPe está envidando esforços para agilizar, tanto quanto possível, as
58 contratações para atender ao calendário ENPE, que iniciará em janeiro de 2022.
59 Dessa forma, a Pró-Reitoria está em articulação com outras unidades, como USE e
60 DEAS/ProACE, para o apoio à realização dos exames admissionais de professores
61 substitutos. **1.1.7. Disponibilização de IRPF.** A Presidência comunicou que o prazo
62 para autorização de acesso aos dados da declaração IRPF foi prorrogado até
63 09/12/2021. A obrigatoriedade de disponibilização se mantém, o que fica opcional
64 é como as informações serão disponibilizadas. Relembrou que poderá ser utilizado
65 o aplicativo para celular, “SouGov”, ou o sistema e-patri da CGU. **1.1.8. Comissão
66 de Implantação do Programa de Gestão.** Profa. Jeanne Michel informou que a
67 Comissão de Implantação do Programa de Gestão, que é responsável por
68 implementar o regime de teletrabalho na Universidade, tem tido encontros
69 frequentes, e já realizou uma minuta de normativas com anexos. A minuta será
70 disponibilizada pela comissão a uma consulta pública para que a comunidade possa
71 ler, opinar e sugerir. **1.1.9. Implementação do Comitê de Gestão de Riscos.** A
72 presidência informou que houve a implementação do Comitê de Gestão de Riscos
73 da UFSCar. A ProGPe fez uma apresentação sobre mapa de riscos e teve muitos
74 elogios pela área de gestão de riscos da universidade. A equipe segue monitorando
75 essas questões. Ponderou também que, na UFSCar, existe uma limitação
76 quantitativa de servidores técnico-administrativos. Profa. Jeanne Michel ressaltou a
77 importância de que todas as áreas coloquem a falta de pessoal como um risco em
78 seus planos, para que assim a informação chegue aos órgãos de controle. Profa.
79 Jeanne encerra os informes com o reconhecimento de que o ano de 2021 foi difícil,
80 mas que mesmo assim muitos avanços foram conquistados. O CoGePe é um

81 motivo de comemoração neste fim de ano. **1.2. Comunicações dos Membros.** Arlei
82 Olavo Evaristo, representante discente da Pós-Graduação, sobre o questionário de
83 avaliação abordado no item 1.1.4 desta ata, questionou se não seria melhor utilizar
84 “não avaliado” ao invés de “insatisfatório” para unidades não puderam exercer suas
85 atividades durante o afastamento relativo a Covid-19. Profa. Jeanne Michel
86 esclareceu que a avaliação é sobre o trabalho realizado remotamente, e não uma
87 avaliação de desempenho individual. O objetivo é avaliar o impacto do trabalho
88 remoto na produção de serviços de cada área. Lissandra Pinhatelli de Britto
89 (Suplente, B-LS) trouxe uma demanda referente aos estagiários para sua área, pois
90 no momento as bibliotecas estão fechadas e a demanda não existe, mas com a
91 reabertura haverá necessidade de auxílio de estagiário nas bibliotecas. A
92 presidência relatou que a demanda por estagiário é geral dentro da Universidade.
93 Infelizmente o estágio, em alguns pontos, foge de seu caráter formativo e gera
94 desvio de função, pela falta de servidores nas áreas. Outro ponto também a ser
95 lembrado é a falta de orçamento para contratação. Os estagiários contratados
96 atualmente são para realizar atividades remotas, sem previsão para volta do
97 trabalho presencial. Profa. Jeanne Michel ressalva ainda que as próximas
98 contratações serão a partir da aprovação do cronograma orçamentário para 2022.
99 Prof. Daniel Vendruscolo, ainda sobre o informe 1.1.4., perguntou se o questionário
100 em questão tem como objetivo avaliar se as entidades da universidade cumpriram
101 seu papel, se os resultados podem ser usados para avaliar a qualidade do ensino
102 remoto. A presidência explica que o questionário do item 1.1.4. é simples e colabora
103 significativamente para mensurar as atividades administrativas, já as atividades
104 docentes têm outro corpo avaliativo junto à ProGrad. O assunto será retomado
105 neste Conselho para novas avaliações e discussões. **2. ORDEM DO DIA**
106 **2.1. Apreciação da Proposta de Minutas de Resolução e Editais de**
107 **Redistribuição de Cargos (Docente e T.A.), elaboradas pela Comissão**
108 **designada pelo Ato Adm CoAd nº 123, de 12/04/2021 - proc. SEI nº**
109 **23112.001703/2019-10.** Profa Jeanne Michel introduz o tema, informando que a
110 elaboração de normativa e editais de redistribuição de cargos na instituição teve
111 como ponto de partida uma demanda do Ministério Público Federal. Maria Inez C.
112 Migliati e Ana Maria C. Laurenti, equipe da DiDP/ProGPe e membros da Comissão
113 responsável pela elaboração da proposta, apresentaram os tópicos das minutas de
114 resolução, bem como dos editais de redistribuição de cargos docentes e técnicos-
115 administrativos no âmbito da UFSCar. Finalizando a Resolução, sem nenhum
116 comentário pelos conselheiros, Maria Inez passou a detalhar a minuta de edital para
117 Professor do Magistério Superior, pontuando que a revisão gramatical será
118 posteriormente realizada. Prof. Daniel Vendruscolo questionou sobre a
119 obrigatoriedade do fornecimento de dossiê, para os candidatos, pelo setor de
120 Gestão de Pessoas responsável da IFE de origem. Maria Inez, com a ratificação da
121 presidência, esclareceu que todos os servidores têm direito a acessar seus

122 assentamentos funcionais, dessa forma, a instituição não pode negar tal
123 disponibilização. Prof. Daniel Vandrúsculo questionou também, sobre o requisito de
124 o candidato ter passado pelo menos pela primeira avaliação do estágio probatório.
125 A presidência esclareceu que o objetivo de tal requisito é evitar a solicitação de
126 redistribuição imediatamente após o ingresso ao cargo público, uma prática
127 bastante comum de prestar determinado concurso em localidade diversa do
128 domicílio, com a intenção de solicitar a movimentação. Também é uma forma de
129 verificar se o desempenho do interessado foi satisfatório na instituição de
130 origem. Prof. Daniel Vandrúsculo afirmou que é necessário que haja justificativas
131 para requisitos que não estão previstos em normativas, e compreende que seja uma
132 política para proteção das instituições federais. Questionou, ainda, sobre critérios
133 de pontuação docente, como a nota mínima ser 7 (sete), bem como divisões por
134 áreas. Destacou que está pacificado na UFSCar, que a soma da pontuação máxima
135 em cada um dos itens não deve ultrapassar 10 (dez), devendo os pontos serem
136 distribuídos. Dessa forma, o quadro de pontos acaba direcionando para as áreas de
137 maior interesse do candidato, gerando desequilíbrios nas somas de pontuações
138 entre os candidatos. A Presidência agradeceu a ponderação, solicitando que o
139 conselheiro apresentasse proposta de redação para o tema discutido, para posterior
140 envio da minuta, para análise do Procurador Federal. Dessa forma, prof. Daniel
141 transcreveu no chat a seguinte sugestão: *"A tabela de pontuação estabelecida no*
142 *Anexo III contém os valores limites para cada um dos quesitos e dos grupos. A soma*
143 *dos pontos obtidos pelos candidatos nos quesitos de cada grupo, ainda que maior,*
144 *será limitada ao máximo estabelecido para o grupo, assim como a soma dos pontos*
145 *obtidos pelo candidato nos diversos grupos é limitada a 10 pontos".* Profa. Maria da
146 Graça Gama Melão, Diretora do CCBS, comentou que passou por situação similar
147 ao relatado e os candidatos ficaram com notas baixas, mesmo tendo currículo
148 adequado à seleção. Assim, realizou-se proporção, atribuindo 10 aos melhores
149 currículos. Prof. Igor José de Renó Machado, representante da categoria Docente
150 Titular, questionou quanto aos vencimentos. Profa. Jeanne Michel esclareceu que
151 será considerado o vencimento básico de carreira e as progressões a que os
152 candidatos façam jus deverão ser individualmente pleiteadas. Outro
153 questionamento do prof. Igor foi a respeito do modelo de edital utilizado ser o de
154 professor substituto, especificamente sobre a composição da banca avaliadora,
155 salientando o caráter temporário do processo seletivo. Sugeriu que para esse
156 tópico, utilize-se o modelo de edital para professores efetivos, com 5 (cinco)
157 membros, sendo a maioria externos, a fim de evitar a fragilização jurídica do edital.
158 Maria Inez esclareceu que a minuta foi examinada por servidor da área jurídica e, à
159 época, optou-se pela composição mínima de 3 (três) membros. Informou que não
160 há óbice para a inclusão de 5 (cinco) membros, com maioria de membros externos.
161 No entanto, salientou que o processo de redistribuição é realizado no interesse da
162 administração e conveniência do Departamento. A presidência ponderou que está

163 de acordo e acatará às sugestões apresentadas pelos conselheiros e apresentará
164 nova versão das minutas, após as mudanças propostas. Prof. Henrique Carmona
165 Duval, vice-diretor do CCN, pontuou que não está clara a atribuição ao
166 departamento no que se refere à tabela de valoração e designação da banca.
167 Sugeriu, que as atividades de Extensão tenham maior destaque, pois consta como
168 uma espécie de anexo ao Ensino. Dessa forma, sugeriu a seguinte redação para o
169 art. 12º: *"Aprovação, coordenação e participação em programas, projetos e*
170 *atividades de extensão, com ênfase nas áreas e/ou sub-áreas para as quais esteja*
171 *pleiteando a redistribuição".* A presidência informou que não há problema em
172 acrescentar a informação de que a comissão avaliadora deva ser designada pelo
173 departamento. E concorda com a sugestão acima apresentada. Quanto às
174 demandas espontâneas, pontuou que continuaram sendo recebidas, no entanto
175 deve-se orientar que será realizada a abertura de chamadas públicas. Aline de
176 Almeida Soares, representante da categoria T.A., questionou sobre como será
177 quantificado a relação entre membro da banca e candidato referente a "amizade
178 íntima ou inimizade notória com algum dos servidores candidatos ou com os
179 respectivos cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos e afins até terceiro
180 grau". A presidência esclareceu que o item foi extraído de normativa vigente que
181 trata de nepotismo. Trata-se de regra aplicada em todos os editais de concursos e
182 processos seletivos. Encerrando os comentários para o edital de docentes, Maria
183 Inez passa a detalhar o edital de chamamento para Técnicos-Administrativos.
184 Thiago Loureiro, representante da categoria T.A, questionou sobre a possibilidade
185 de que, ao invés de solicitar o nome civil, o candidato informe o nome social e um
186 número e documento que o rastreie, a fim de mitigar assédio institucional e
187 transfobia. Quanto à composição da comissão julgadora, em se tratando de
188 redistribuição de técnico-administrativo, que a composição seja majoritariamente
189 T.As e a presidência seja obrigatoriamente da mesma categoria. Já sobre a
190 valoração, sugeriu que se inclua critérios de titulação e produção acadêmica, visto
191 que os servidores da instituição são, em geral, altamente qualificados. Profa.
192 Jeanne Michel ponderou que não encontra dificuldade em fazer ajustes referentes
193 ao nome social, no entanto, deve-se considerar o aspecto jurídico e burocrático.
194 Ana Laurenti, acrescentou que o dado de nome civil deve vir juntamente com o
195 dossiê (SIAPE) exigido para a seleção. Quanto à composição da banca para o
196 processo T.A., Profa. Jeanne informou que não há impedimento para que a
197 sugestão seja acatada. Sobre a tabela de valoração, Thiago Loureiro sugeriu a
198 seguinte redação, no item c, que trata de "currículo": *"Considerar critérios como a*
199 *titulação do servidor TA (Doutorado, mestrado, especialização, graduação, etc) e*
200 *demais atividades no bojo do ensino, pesquisa, extensão, administração de acordo*
201 *com o cargo almejado."* Prof. Henrique Carmona Duval questionou sobre o anexo 2
202 - tabela de pontuação - informando que se trata de critérios extremamente
203 subjetivos, não uma tabela que estabelece claramente os critérios e pontuação das

204 atividades de pesquisa e extensão do candidato T.A. A presidência esclareceu que
205 é mais fácil definir padrão de critérios para o professor do magistério superior, visto
206 que consiste em uma única carreira. No entanto, para os técnicos-administrativos,
207 há diferentes cargos e níveis. Dessa forma, pretende-se incluir uma tabela mais
208 generalizada para o anexo 2. O tema deverá ser discutido com cuidado no âmbito
209 da comissão. Aline de Almeida Soares questionou se há necessidade de pontuar a
210 possibilidade de entrevista no item 5, visto que o termo “entrevista” consta apenas
211 no anexo 2. Reforçou também que a banca seja composta por servidores da mesma
212 categoria/área. A presidência e membros da comissão concordaram com a
213 colocação referente ao termo “entrevista”. Sobre critério de pontuação a partir da
214 análise curricular de titulação, esclareceu-se ainda que deve-se tratar de critério de
215 desempate a formação adicional ao cargo, como estímulo para qualificação dos
216 servidores. Assim, profa. Jeanne Michel, agradecendo a apresentação de Maria
217 Inez e Ana Laurenti, encaminhou que as sugestões serão enviadas à comissão para
218 revisão das minutas, devendo a proposta ser novamente submetida na próxima
219 reunião ordinária. **2.2. Apresentação de andamento da Proposta de Minuta de**
220 **Regimento Interno CoGePe, em elaboração pelo Grupo de Trabalho designado**
221 **pelo Ato Adm CoGePe nº 06, de 09/11/2021.** Prof. Daniel Vendruscolo inicia a
222 apresentação relatando que a comissão foi constituída, mas ainda sem uma
223 presidência ou coordenação oficial, e isso dificultou o início, mesmo através de
224 reuniões. O rascunho a ser apresentado foi elaborado através de tratativas via
225 email, elencando pontos a serem aprofundados. Iniciou a exposição do documento,
226 estruturado por capítulos. Relatou a constituição do colegiado e suas nuances,
227 destacando que o processo eleitoral, não é usual em muitos conselhos. Prof. Daniel
228 continua a apresentação elencando cada particularidade dos capítulos. sendo assim:
229 O Capítulo II - Da Constituição, Elegibilidade e Mandato dos Membros, tem a tarefa
230 de enviar ao Conselho Universitário uma proposta de Conselho para aprovação,
231 sendo o mandato dos docentes e técnicos-administrativos de dois anos e dos
232 discentes de um ano, seguindo o padrão dos colegiados. referiu também sobre a
233 composição, destacando a representação sindical, como membros ouvintes. A
234 Presidência ponderou que foi deliberado no ConsUni a participação dos diretores
235 de campus como membros convidados, além dos sindicatos. Dessa forma, solicitou
236 ao grupo que acrescente redação sobre as diretorias de campus. Seguindo a
237 apresentação, Prof. Daniel relatou que o Capítulo III, sobre o processo eleitoral, tem
238 como base os textos do ConsUni e do CoAd, além de intervenções e adequações
239 para as necessidades do CoGePe. Os Capítulos IV e V seguem o modelo dos
240 demais colegiados. Levantou como discussão a publicidade das reuniões, e se os
241 pontos de pauta serão todos públicos. Outro ponto a ser debatido se refere à
242 frequência das reuniões e aprovação do calendário, bem como a realização na
243 modalidade remota. Apresentando o Capítulo VI, também expõe conceitos
244 padronizados de outros colegiados, mas há em seu parágrafo único uma indicação

245 dos redatores sobre a paridade entre representantes nas câmaras permanentes e
246 temporárias. O Capítulo VII e VIII, também apresenta texto equiparado a outros
247 conselhos. Prof. Daniel afirma que o projeto ainda está distante de uma aprovação,
248 que existem necessidades a serem supridas para seguir para seu deferimento final.
249 Abrindo assim discussões entre o colegiado sobre os pontos e as nuances do texto.
250 A presidência parabenizou os relatores pelo trabalho, até aqui, apresentado,
251 propondo como encaminhamento o compartilhamento da minuta aos membros do
252 CoGePe, para que, aqueles que tenham interesse, possam inserir seus
253 apontamentos. Sua versão final, antes de ser submetida ao ConsUni, deverá ser
254 analisada pela Procuradoria Geral. Marcos Anchieta (Representante Discente)
255 questionou sobre a representação discente, ponderando ser prejudicial a ínfima
256 representação e pouco espaço para os discentes no Conselho. Prof. Daniel
257 Vendrúscolo respondeu que a composição é formada por 1 (um) representante de
258 graduação e 1 (um) de pós-graduação, no total. Profa. Jeanne Michel acrescentou
259 que a composição se baseia na LDB, assim como os outros colegiados superiores,
260 sendo 70% docente e 30% entre discentes e servidores técnicos administrativos.
261 Marcos Anchieta (Representante Discente) propõe que seja cedida uma vaga de
262 técnico administrativo para representação discente no CoGePe, para que assim
263 diminua o prejuízo de representante discente no colegiado. Profa. Jeanne Michel
264 explicou que a quantidade de representantes por categoria já foi definida em pauta
265 no ConsUni, não cabendo à presidência e aos conselheiros realizar tal alteração.
266 Prof. Daniel Vendrúscolo ponderou que a representação discente deveria ser maior
267 nos colegiados, mas discorda em que deva ser retirado representação T.A. Propõe
268 então usar as câmaras assessoras para dar maior espaço a órgãos deliberativos de
269 estudantes e técnicos administrativos. Na mesma linha, a presidência exemplifica
270 com a câmara assessora CAEx e seu peso nas decisões e discussões produzidas
271 no CoEx. Profa. Jeanne Michel, sobre a comissão eleitoral sugere que o fluxo seja
272 o já usado nos colegiados. Assim o Conselho propõe a comissão e o ConsUni
273 homologa. Prof. Daniel Vendrúscolo pondera que as comissões eleitorais dos
274 conselhos centrais foram homologadas pela Reitoria, não passando pelos colegiado
275 e nem tampouco pelo ConsUni, pois o regulamento não prevê. Prof. Ana Cristina,
276 diretora do CECH, está de acordo com o posicionamento do Marcos Anchieta
277 (Graduação) mas ressalta que muitas vezes a participação discente extra
278 graduação é dificultosa por questões financeiras, e isso impede a participação
279 contínua nas demandas dos conselhos. Há alguma previsão que o documento
280 passe pelos conselhos de centro ou será encaminhado diretamente às instâncias
281 superiores. A presidência responde à questão apresentada pela Profa. Ana Cristina
282 de forma que, não havia pensamentos sobre a apresentação formal aos CoCs, mas
283 afirma que não existem impedimentos sobre os diretores de centros apresentarem
284 em seus CoCs. Não esquecendo que existe uma necessidade de conclusão da
285 minuta de regimento o mais breve possível, pois é necessário aprovação pelas

286 comissões superiores e acrescido no estatuto da universidade. Profa. Dra. Jeanne
287 Michel sobre o capítulo das competências, existe um estudo que o assessor jurídico
288 fez comparando as competências do CoAd e o PDI da universidade. Assim
289 colocando propostas inovadoras aos regimentos vigentes dos colegiados,
290 apontando questões de equidade, violência e afins. A presidência vai compartilhar
291 o documento com os membros deste conselho, para que nossas competências
292 sejam baseadas nesse estudo e assim contemplar questões atuais da gestão de
293 pessoas. A presidência responde à questão apresentada pelo Prof. Daniel
294 Vandrúscolo sobre as reuniões públicas em que, processos disciplinares não são
295 de competência da ProGPe, sendo de competência da CPAD vinculada à Reitoria.
296 Este conselho tem a competência de julgar políticas de interesse da comunidade
297 interna da universidade, com isso não teremos processos sigilosos em nossa esfera
298 colegial. Profa. Dra. Jeanne Michel aponta que a aprovação semestral do calendário
299 de reuniões facilita a organização. Sobre os participantes virtuais em reuniões
300 presenciais, tende a ser excludente para quem está remoto, sendo uma queixa
301 frequente entre os colegiados. Assim as reuniões 100% virtuais tendem a serem
302 mais democráticas, pois todos nós temos os mesmos direitos de fala e participação.
303 A proposta da presidência é que as reuniões sejam sempre virtuais, assim
304 proporcionando a democracia de participação. Sobre a presença obrigatória nas
305 reuniões do colegiado, é entendimento da presidência que, se a pessoa ao se
306 candidatar e assim eleita, ao tomar posse assume as responsabilidades perante ao
307 colegiado e a comunidade universitária, e com isso participar das reuniões é uma
308 dessas obrigаторiedades. Ressalva que, quando, por causa justificável vier ocorrer
309 o não comparecimento, é de bom tom comunicar à Secretaria de Apoio e solicitar à
310 pessoa suplente o comparecimento. Sobre as composições das câmaras técnicas,
311 a presidência demonstra estar de acordo com a necessidade de tal canal para maior
312 e melhor representatividade neste conselho. Prof. Fábio Grigoletto (CCN/LS)
313 comenta sobre o benefício das reuniões integralmente virtuais e seu cunho
314 democrático. A presidência finaliza parabenizando pela apresentação e esforço de
315 todas as pessoas na construção de um documento tão importante para este
316 conselho. Propõe que os comentários apresentados nesta reunião, sejam inseridos
317 na minuta final. **2.3. Encaminhamentos para constituição de grupo responsável
318 pela elaboração do Regimento Geral de Pessoas da UFSCar.** Conforme
319 sugestões dos conselheiros, a deliberação da presente pauta ficou suspensa. Prof.
320 Daniel Vandrúscolo solicita uma apresentação sobre o conceito geral de um
321 Regimento Geral de Gestão de Pessoas. Profa. Jeanne Michel fez breve
322 explanação sobre Regimento Geral de Pessoas, sendo um normativo interno que
323 estabelece os direitos e deveres dos servidores da instituição, além de definir como
324 se dará encaminhamento para as diversas solicitações relacionadas a Gestão de
325 Pessoas e como a universidade trata as demandas. Salientou que o Regimento
326 Geral de Gestão de Pessoas deverá estar alinhado com o Regimento Geral da

327 UFSCar. Assim, a presidência agradeceu a presença e colaboração dos senhores
328 conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual, eu, Letícia de
329 Oliveira dos Santos, na qualidade de secretária, redigi a presente ata, que assino,
330 após ser aprovada e assinada pela Sra. presidente e demais conselheiros.

331 **MEMBROS PRESENTES**

332 **Presidente** - Profa. Dra. Jeanne Liliane Marlene Michel (Pró-Reitora de Gestão de
333 Pessoas). **Vice-Presidente** - Antônio Roberto de Carvalho (Pró-Reitor Adjunto de
334 Gestão de Pessoas). **Convidados** - Efetivo/Suplente: Profa. Paula Serrão
335 (DFisio/ADUFSCar) em substituição a Fernanda Castelano Rodrigues (ADUFSCar);
336 Karina Martins (DCamp-So/Suenylsen); Alberto Luciano Carmassi (DCamp-Lagoa
337 do Sino). **Diretorias de Centros Acadêmicos** - Efetivo/Suplente: Guillermo A.
338 Lobos Villagra (Suplente - CCET); Maria da Graça Gama Melão (CCBS); Ana
339 Cristina Juvenal da Cruz (CECH); Ricardo Toshio Fujihara (CCA); Marystela
340 Ferreira (Suplente - CCTS); André Cordeiro Alves dos Santos (CCHB); Mônica
341 Fabiana B.M. Thiersch (Suplente - CCGT); Henrique Carmona Duval (Suplente -
342 CCN). **Representantes da Categoria Docente** - Efetivo/Suplente: Nathália
343 Margarita Mayer Denari Petrilli (UAC/ProACE); César Alves Ferragi (CCHB/So);
344 Fábio Grigoletto (CCN/LS); Mellina Yamamura - (Suplente - DEnf/CCBS); Daniel
345 Vendruscolo (DM/CCET); Tatiana de Oliveira Sato (DFisio/CCBS); Cristina Paiva de
346 Sousa (Suplente - CCET); Fernando Menezes de Almeida Filho (Suplente -
347 DECiv/CCET); Igor José de Renó Machado (DCSo/CECH). **Representantes**
348 **Categoria Técnicos-Administrativos** - Efetivo/Suplente: Aline de Almeida Soares
349 (DCNME-Ar/CCA); Aline Elena Carneiro do Nascimento (DCamp-LS); Lissandra
350 Pinhatelli de Britto (Suplente - B-LS); Thiago Loureiro (DMed/CCBS); Luciane
351 Cristina de Oliveira (Suplente - DS/CECH); Cristina Aparecida Motta (Suplente -
352 PPGQ/CCET); Ofir Paschoalick Castilho Madureira (Suplente - DeEG-So/ProGrad).
353 **Representantes Discentes Graduando e Pós-Graduando** - Efetivo/Suplente:
354 Arlei Olavo Evaristo (PPGGOSP); Marcos Anchieta (Graduação em Geografia).